

VITÓRIA

EXEMPLAR

Pediatra de São Leopoldo foi acusado pelo Ministério Público de cobrar de paciente do SUS, mas Assessoria Jurídica do SIMERS provou que atendimento teve caráter particular

A Assessoria Jurídica do sindicato, representada pelo escritório Leichtweis Advogados, conseguiu na Justiça a absolvição de pediatra acusado de cobrar o acompanhamento de bebê nascido por cesariana pelo Sistema Único de Saúde. O caso ocorreu no Hospital Centenário, em São Leopoldo. A defesa do médico provou que o atendimento teve caráter particular, pois a paciente havia sido internada num apartamento em ala privativa do HC, com direito a acompanhante. Na sentença, a juíza da 2ª Vara Criminal do município, dra. Ana Cristina Nascimento, relatou: "Inexistem provas nos autos de que o réu tivesse recebido qualquer valor pelo SUS". O Ministério Público ainda tentou apelar, mas não obteve sucesso, pois os prazos de punibilidade ao crime alegado já estavam prescritos.

O MP denunciou o pediatra pelo cometimento do crime de concussão (exigir vantagem sabidamente indevida), alegando que ele exercia função de médico do SUS, e nesta condição exigiu da gestante pagamento para o acompanhamento da criança nascida por cesariana, enquanto as despesas seriam por conta do Sistema. De acordo com a acusação, o profissional teria recebido R\$ 300,00 pelo seu trabalho.

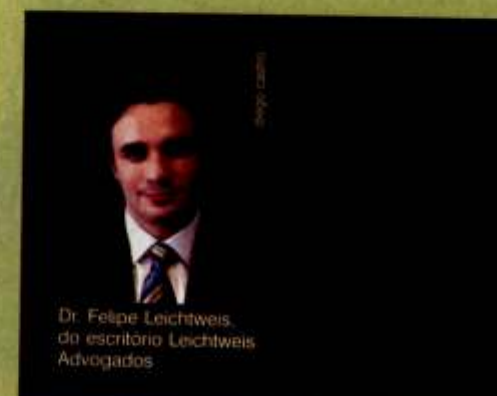
O advogado Felipe Leichtweis provou, na defesa preliminar e na defesa prévia, que o médico atendeu o bebê em caráter particular, sendo internado com acompanhante, num apartamento da ala privativa da referida casa de saúde. E mais: na prescrição médica, escrita de próprio punho, o pediatra a fez constar como paciente particular e, posteriormente, sem seu conhecimento, alguém com outra letra anotou "SUS". Segundo argumentou o dr. Leichtweis, "o médico denunciado não preencheu a Autorização de Internação Hospitalar e, se alguém fez a cobrança de despesas hospitalares e honorários médicos do SUS, estes certamente não foram destinados ao denunciado".

NÃO HÁ PROVAS DE CONCUSSÃO

A Juíza da 2ª Vara Criminal de São Leopoldo, dra. Ana Cristina Nascimento, absolveu o médico, fundamentando na sentença: "...não há nos autos provas de que tenha praticado o ilícito, pois a vítima e seu esposo contrataram os serviços do médico como particular e a baixa hospitalar foi em quarto privativo, com direito a acompanhante e não pelo SUS, sendo que não há provas nos autos de que tivesse recebido também pelo SUS e a documentação juntada não comprova que o hospital repassou ao médico

qualquer valor relativo ao atendimento".

O Ministério Público apelou da decisão. O advogado do SIMERS, em contra-razões, sustentou perante a 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul os mesmos argumentos da sentença absolutória. Acrescentou, porém, que em fevereiro de 1999, quando ocorreu o ato em julgamento, o parágrafo 1º do artigo 327 do Código Penal não estendia o conceito de funcionário público a quem trabalhasse em hospital privado e, portanto, o médico denunciado não podia ser sujeito ativo do delito de concussão, além de estar extinta a punibilidade pela prescrição. E, assim, havia mais argumentos para que a sentença absolutória fosse mantida, como afinal aconteceu.



Dr. Felipe Leichtweis,
do escritório Leichtweis
Advogados